



Adriana Ramos de Mello

Juíza Titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio de Janeiro. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2005), Mestrado em Criminologia pela Universidade de Barcelona, Espanha (2011) e Doutorado em Direito Público e Filosofia Juridicopolítica pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (2015). Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro; Professora e conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro; Presidente do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia NUPEGRE, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora da Pós-Graduação *latu sensu* Gênero e Direito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Mestrado Profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Integrante do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito PPGPD/Enfam - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2428825343258859>

Disciplina: Modelos de Resolução de Conflito Penal

GEPDI 11: Núcleo de estudos e pesquisas sobre gênero, direitos humanos e acesso à justiça

André Augusto Salvador Bezerra

Professor do Curso de Mestrado Profissional em Direito e Judiciário na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Realiza estágio pós-doutoral em Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo, em projeto que foca possibilidades democráticas de diálogo entre Judiciário e sociedade. Membro do COLAB/USP (Colaboratório de Desenvolvimento e Participação da Universidade de São Paulo), centro de pesquisa comprometido com o conhecimento aberto, acesso à informação, transparência, dentre outros valores, os quais se amoldam à defesa de modelos de governança aberta do Judiciário. Doutor pelo programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e outras legitimidades da Universidade de São Paulo. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (2011). Especialista em Direito Público pela Escola Paulista de Magistratura (2009). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997) e graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1996). É Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo. Atua principalmente na defesa científica do aprimoramento da prática judicial, em conformidade aos preceitos éticos que fundamentam os Direitos Humanos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7267921096963104>

Disciplina: Sistema de Justiça e Pesquisa Empírica e Seminário de Pesquisa e Metodologia

GEPDI 1: Ética e Justiça

Antônio Cesar Bochenek

Professor do Corpo Permanente do Mestrado da ENFAM. Professor da ESMAFE/PR - Escola da Magistratura Federal do Paraná. Juiz federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Doutor em Direito, Justiça e Cidadania pela Universidade de Coimbra (2012), com reconhecimento pela



Universidade Federal do Paraná (UFPR 2017). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2002). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1997). Tem experiência na área gestão e administração da Justiça, processo civil, Direito e Sociologia Jurídica, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão judicial, democracia, acesso à justiça, poder judiciário, transparência, juizados especiais e direito processual civil. Foi Conselheiro da ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Também foi Presidente da AJUFE - Associação dos Juizes Federais do Brasil, da APAJUFE - Associação Paranaense dos Juizes Federais e do IBRAJUS - Instituto Brasileiro de Administração da Justiça. Diretor da Escola da Magistratura Federal do Paraná - Esmafe/PR 2009 - 2012. Conselheiro da EJAL - Escola Judicial para a América Latina 2011 - 2017. Diretor do Instituto Paranaense de Processo Civil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0608852995858304>

Disciplina: Demandas Estruturais e Litígios de Alta Complexidade

GEPI 2: Gestão de Unidades, Redes Organizacionais e Design Organizacional

Carlos Henrique Borlido Haddad

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG (1995), mestrado (1998) e doutorado (2001) em Ciências Penais pela mesma Universidade. É pós-doutor pela Universidade de Michigan (2014). Atualmente é Juiz Federal - Justiça Federal Seção Judiciária de Minas Gerais - e Professor Associado da Faculdade de Direito da UFMG, onde também atua como Coordenador da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoa. Leciona no mestrado profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). A área de estudos concentra-se no Direito e Processo Penal. Tem experiência na área de Administração da Justiça, além de atuar na Formação de Juizes, certificado pela École Nationale de la Magistrature, França.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1514296193975163>

Disciplina: Administração Judicial Aplicada

GEPI 2: Gestão de Unidades, Redes Organizacionais e Design Organizacional

Elayne da Silva Ramos Cantuária

Possui mestrado em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Clássica de Lisboa (2008). Atualmente é juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, doutoranda em direito pela ULisboa. Docente do Mestrado Profissional da ENFAM. Professora da EJAP - Escola Judicial do Amapá e da EMAP - Escola de Magistratura do Amapá. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito e Gestão Pública.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3173919946549336>

Disciplina: Cooperação Judiciária no Contexto do Estado em Rede

GEPI 2: Gestão de Unidades, Redes Organizacionais e Design Organizacional



Fabio Cesar Dos Santos Oliveira

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ (2002). Mestre em Direito. Área de Concentração: Direito Público. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007-2009). Doutor em Direito. Área de Concentração: Direito do Estado. Universidade de São Paulo-USP (2011-2016). Visiting Scholar – Columbia University - New York, Estados Unidos (31 de julho de 2013 a 01 de agosto de 2014). Procurador Federal da Advocacia Geral da União- (AGU) -2003-2004; Juiz Federal na Seção Judiciária do Paraná-2004-2005; Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em nível de Pós-Graduação- EMERJ desde 2009; Membro da Comissão dos Juizados Especiais Federais da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF; Juiz Federal requisitado para auxílio junto ao Supremo Tribunal Federal (Gabinete Ministro Joaquim Barbosa) – agosto a novembro de 2012; Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça-CNJ no período de 2012-2014; Juiz Federal Relator da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo (2013-2017); Membro efetivo da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (2016-2018); Juiz Federal Titular do 1º Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de São Gonçalo/Rio de Janeiro desde julho de 2017. Professor do curso de Mestrado Profissional, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM (2020).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9047423033415520>

Disciplina: Governança e Gestão Estratégica no Poder Judiciário

GEPDI 5: Modelos Autocompositivos, Justiça Restaurativa e Sistema Multiportas

Fabrizio Castagna Lunardi

Doutor e Mestre em Direito pela UnB. Bacharel em Direito pela UFSM. Professor do Programa de Mestrado em Direito da ENFAM. Juiz de Direito do TJDF. Foi juiz auxiliar da Presidência do STJ (2019). É líder do Grupo de Pesquisa "Centros de Inteligência, Precedentes e Demandas Repetitivas" (PPGD - ENFAM) e membro do GP "Gestão de Unidades, Redes Organizacionais e Design Organizacional" (PPGD - ENFAM). Coordenador-Geral da Escola de Formação Judiciária (EFJ) do TJDF, onde também atua como docente e conteudista. Coordenador do Centro de Inteligência do TJDF. Coordenador do Conselho Editorial da EFJ/TJDF. Membro do Comitê Científico de Pesquisa (EFJ/TJDF). Coordenador da Linha de Pesquisa Direito Processual, Sistemas de Justiça e Inovação (EFJ/TJDF) e das Sublinhas de Pesquisa "Direito Processual Civil, Inovação, Justiça e Sociedade" e "Gestão de Processos" (EFJ/TJDF). A unidade judicial de que é titular (Tribunal do Júri de Samambaia) ocupa o 1º lugar no ranking nacional de desempenho, pelo segundo ano consecutivo (CNJ, relatório de 2021 e 2020). Finalista do Prêmio Innovare (2020), com a prática Gestão processual estratégica no Tribunal do Júri (categoria CNJ/Gestão Judicial). Coordenador de diversos projetos de pesquisa na área de gestão e inovação no Poder Judiciário na EFJ/TJDF. Tem autoria de 18 livros, incluindo "Gestão Processual no Tribunal do Júri" (CNJ, 2020), "Curso de Direito Processual Civil" (Saraiva, 2019), "O STF na política e a política no STF" (Saraiva, 2020), "Curso de Sentença Cível" (Juspodivm, 2021) e "Curso de Sentença Penal" (Juspodivm, 2021). Possui mais de 3 dezenas de artigos publicados, sendo os 9 últimos em Revistas com Qualis A1. Foi Advogado da União - AGU (2006 a 2009), Defensor Público do Estado do RS (2006), Advogado privado (2005 e 2006), Professor da UFSM (2006 a 2007).



Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2193609992569880>

Disciplina: Processo, Sistema de Justiça, Gestão Processual e Efetividade

GEPDI 12: Gestão, Desempenho e Efetividade do Judiciário

Fernando Braga Damasceno

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1998) e mestrado em Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (2005). Atualmente é desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde já foi Corregedor (2015-2017), professor do quadro permanente do PPGD da ENFAM e doutorando em Direito pela UFPE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9489087695696684>

Disciplina: Modelos de Resolução de Conflito Penal 2

GEPDI 8: Processo Coletivo Comum e Estruturante

Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Juiz Federal Instrutor no Superior Tribunal de Justiça. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com lotação na 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco-PE. Aprovado no VI Concurso para o Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto do TRF-5ª Região, e empossado em 15/12/2004. Mestre em Direito Público pela UFPE, com a dissertação "O princípio da razoável duração do processo: propostas para sua concretização nas demandas cíveis", aprovada com distinção. Professor Adjunto do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professor do Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Membro e Secretário-Adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. Membro da Associação Brasileira de Direito Processual - ABDPRO. Membro e Secretário-Geral da Associação Norte-Nordeste de Professores de Processo - ANNEP. Procurador Federal de 02/08/2002 a 14/12/2004, com lotação na PRU-5ª Região. Diretor Seccional da ESMAFE-5ª Região em Pernambuco. Bacharel em Direito pela UFPE. Autor do livro "A Razoável Duração do Processo", publicado pela Editora Juspodivm, no ano de 2009, com segunda edição lançada em 2013. Publicação de capítulos de livros, de vários artigos em revistas especializadas e participação como conferencista em congressos e eventos na área jurídica. Diretor da Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco e da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Parecerista ad hoc da Revista CEJ - do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Parecerista da Revista de Informação Legislativa. Aprovação em diversos concursos públicos, dentre os quais, Professor efetivo da UFPE, Professor Substituto de Direito Processual Civil e Introdução ao Estudo do Direito da UFPE, Procurador do Estado de Pernambuco, Procurador do Município do Recife-PE e Advogado da Petrobrás.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2688243453826520>

Disciplina: Técnicas de Molecularização e Tratamento Adequado de Conflitos no Julgamento.

GEPDI 3: Centros de Inteligência, Precedentes e Demandas Repetitivas

José Marcos Lunardelli

Doutor em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP (2008). Mestrado em Direito Econômico (2003) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Especialização em Filosofia e Teoria Geral do Direito (1991) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1989). Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo. Professor do programa do mestrado em Direito, área de concentração em Direito e Processo Judiciário, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Foi diretor da Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região - EMAG (2018/2020). Participou do curso de Formação de Formadores da Ecole Nationale de La Magistrature em Bordeaux, França, e também do Programa de Capacitação Docente da FGV-SP. Foi Presidente da Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul - AJUFESP (2001-2005), Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE (2012-2014) e Diretor de Assuntos Legislativos da AJUFE (2014- 2016). Foi Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo (14/12/1999 a 01/05/2001).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6579227346173640>

Disciplina: Seminário de Pesquisa e Metodologia e Seminário de Pesquisa e Metodologia
GEPDI 4: Desenvolvimento Sustentável e Impacto das Decisões Judiciais

Luciane Amaral Corrêa Münch

Desembargadora-Federal do TRF4, atualmente Vice-Diretora da Escola da Magistratura daquele tribunal (EMAGIS), e membro do corpo docente permanente da ENFAM. Criadora, roteirista e apresentadora do canal de edutainment Elas em Nós. Doutora em Direito pela Université de Genève. LLM, London School of Economics and Political Science. Mestre em Direito pela PUCRS. Especialista em Direito Internacional pela UFRGS. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3277923299130399>

Disciplina: Inovação e Design Organizacional do Poder Judiciário
GEPDI 9 – Legal Design, Visual Law, Transmedia Law, Design Organizacional do Poder Judiciário e outros processos de aprendizagem aplicados ao Direito e à Administração Pública

Luiza Vieira Sá de Figueiredo

Docente e orientadora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam/DF; Formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam/DF, em programas de Formação Inicial, Continuada e EAD; Coordenadora pedagógica da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul – EJUD/MSs; Pesquisadora voluntária do grupo CADEF/UFMS - Movimento espacial de fronteira; Docente e orientadora voluntária do mestrado em estudos fronteiriços - UFMS - Campus Pantanal; Pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos na Faculdade de Direito da universidade de Coimbra; Doutorado em Ciências



Humanas/USP; Mestrado em Direito Penal e Garantismo/Universidade de Girona; MBA em Gestão de Pessoas no Setor Público/UGF; Especialização em Teoria do Estado e das Relações Sociais na ESMAGIS/UCDB; Especialização em Gestão Pública/UCDB; Graduação em Direito/UFMS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4457955869055109>

Disciplina: Liderança Organizacional e Atividade Judicial

GEPDI 6: Atividade Judicial, Sistema de Justiça e Modelos de Resolução de Conflito

Marcus Vinícius Pereira Júnior

Juiz de Direito (2004). Professor Adjunto da UFRN (2010) - Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica CERES UFRN. Professor integrante do Quadro Permanente do Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados ENFAM - Brasília DF. Doutor em Ciências Sociais (2014-2018). Mestre em Direito Constitucional - UFRN (2009-2011). Autor dos livros Orçamento e Políticas Públicas Infância Juvenis - Editora Forense (2012), Fundo da Infância e Adolescência (FIA): Aspectos teóricos e práticos. IFRN Editora (2016), A Política Institucional do Judiciário Potiguar na Gestão das Penas Pecuniárias - Caravela - Série Produção Jurídica do Seridó (2019), CASTELO DOS SONHOS: a adoção pelo olhar de Aninha - Caravela Selo Cultural (2020), dentre outros. Licenciado em Filosofia - UFRN (2008). Bacharel em Direito - UnP (2003). Especialista em Direito Processual Civil - Universidade Gama Filho (RJ) (2004). Especialista em Ministério Público e Cidadania - UnP (2004). Especialista em Infância e Juventude - aspectos legais e sociais - UFRN (2006). Autor de Cordéis - Literatura de Cordel. Diretor dos Filmes Sócrates no Sertão do Seridó (2011), Antígona: amor e ódio no Sertão do Seridó (2012), As confissões de Virgulino Lampião: a saga do Seridó (2014), dentre outros, em execução ao Projeto de Extensão da UFRN - Caicó: EN(CINE) DIREITO. Membro da base de pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas, Desenvolvimento e Sociedade. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - UFRN (PPGCS/CCHLA). CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES. Docente Formador pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, após a conclusão dos módulos 1, 2 e 3 (80h).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0495048405086469>

Disciplina: Gestão de Projetos com Impacto Social Relevante

GEPDI 5: Modelos Autocompositivos, Justiça Restaurativa e Sistema Multiportas

Priscilla Pereira Costa Corrêa

Juíza Federal na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (TRF2). Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Justiça Administrativa pela UFF. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direito, Desenvolvimento, e Impactos das decisões judiciais" (PPGD - ENFAM). Publicou "Direito e Desenvolvimento: Aspectos relevantes do Judiciário brasileiro", CEJ, 2014. Professora na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e na Escola Nacional da Magistratura (ENM). Instalou e presidiu o Centro de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal do Rio de Janeiro (CLIP/RJ), de 2017 a 2020. Membro do Conselho de Inovação do AMBLab. Exerceu cargos de Advogada da União (AGU), e Analista Judiciário.



Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2014248640778713>

Disciplina: Tratamento de Conflitos Relativos a Litigantes Habituais

GEPDI 4: Desenvolvimento Sustentável e Impacto das Decisões Judiciais

Roberto Portugal Bacellar

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1988), mestrado em Direito Econômico Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001), especialização em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Paranaense - UNIPAR (1997) e especialização em MBA em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Paraná (2004). Ingressou na carreira de Juiz de Direito em 1989. Atualmente é Desembargador do Tribunal Justiça do Estado do Paraná.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0806860915374650>

Disciplina: Métodos Autocompositivos em Juízo

GEPDI 5: Modelos Autocompositivos, Justiça Restaurativa e Sistema Multiportas

Roger Raupp Rios

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul ('O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano', 2000) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul ('Direito da Antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas', 2004). É professor do Programa de Pós-Graduação em Direito 'stricto sensu' UNISINOS - Mestrado e Doutorado e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da Enfam. Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4 Região. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direitos fundamentais, direito da antidiscriminação, direitos sexuais e direito à saúde.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9032766713121501>

Disciplina: Ética e Igualdade

GEPDI 1: Ética e Justiça

Rosimeire Ventura Leite

Pós-doutora em Direito pela Università di Bologna - Italia (2015-2016), Doutora em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP (2009), Mestre em Direito (Ordem Constitucional) pela Universidade Federal do Ceará (2001), Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (1999), graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (1998). Juíza de Direito (TJPB) desde 2002, Professora na Faculdade de Direito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) desde 1999. Experiência na área de Direito, com ênfase em Processo Penal. Professora Colaboradora na Escola da Magistratura da Paraíba-ESMA e atualmente Diretora Adjunta da referida Escola. Formação adicional em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas. Professora integrante do quadro permanente de



docentes do Mestrado Profissional em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7990080162813390>

Disciplina: Comunicação e Transparência no Poder Judiciário

GEPDI 6: Atividade Judicial, Sistema de Justiça e Modelos de Resolução de Conflito

Samuel Meira Brasil Junior

Possui doutorado em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo - USP (2010), mestrado em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo - USP (2006), mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2004). É desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito Constitucional, Lógica e Argumentação Jurídica, e, também, na área de Ciência da Computação, com ênfase em Inteligência Artificial, Machine Learning, Ontologias e Computação Cognitiva.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1600831611942868>

Disciplina: O Judiciário na Era Digital: Ciências Cognitivas e Tecnologias Disruptivas no Judiciário

GEPDI 7: Justiça Digital: Tecnologias Disruptivas e Inteligência Artificial no Direito

Taís Schilling Ferraz

Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1991). É mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2015) e doutora em Ciências Criminais pela PUCRS, área de concentração violência e segurança pública. É Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, onde coordena o Sistema de Conciliação da 4ª Região. É professora titular do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, escola onde também atua em cursos de formação continuada de magistrados, além de cursos de formação de formadores. É especialista em Docência no Ensino Superior e formadora na Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tendo realizado curso de formação de formadores na Escola Nacional de Magistrados ENM/França. Integra o Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, como membro do grupo operacional.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2877922351753993>

Disciplina: Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência

GEPDI 3 – Centros de Inteligência, Precedentes e Demandas Repetitivas

GEPDI 10: Centros de Inteligência e Formação Judicial em Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes